

SESSÕES DO PLENÁRIO

91ª Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 21 de outubro de 2008.

PRESIDENTE: DEP. ROBERTO CARLOS “3º VICE-PRESIDENTE”

1º SECRETÁRIO: DEP. JOÃO C. BACELAR *AD HOC*

2º SECRETÁRIO: DEP. FERREIRA OTTOMAR *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Oliveira Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmara, Paulo Rangel, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Sandro Régis, Sérgio Passos, Tarcizio Pimenta, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé das Virgens (50).

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- A Secretaria da Mesa informa que há número legal para a abertura dos trabalhos.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Solicito ao Sr. 1º Secretário proceder à leitura do expediente.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado João Carlos Bacelar, procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Virgínia Hagge, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 22 e 23/09/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Waldenor Pereira, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 11,

13, 20 e 26 de agosto; 01 e 17/09/2008, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Heraldo Rocha, grande representante de toda a Bahia.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Muito obrigado, Sr. Presidente, V.Ex^a que representa a Bahia e particularmente a nossa querida Juazeiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, teleouvintes da *TV Assembléia*, radioouvintes da *Rádio Oposição*, internautas que acessam o nosso *site* www.heraldorocha.com.br, minhas senhoras, meus senhores, hoje, tivemos uma manhã realmente importante na nossa Casa, quando recebemos para uma audiência pública, em cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Exm^o Sr. Secretário da Fazenda do Estado da Bahia, Dr. Carlos Martins. Além dele, estavam presentes auditores fiscais, agentes de tributos e funcionários graduados da Fazenda.

Por outro lado, deputado João Bacelar, V.Ex^a que tem sido um implacável fiscalizador dos problemas deste Estado, a Oposição aprovou por unanimidade, hoje – cumprindo um princípio importante da sua função parlamentar –, na Comissão de Finanças e Orçamento, tão bem presidida pelo deputado Arthur Maia, uma visita, na quinta-feira, às 15h, ao Estádio de Pituaçu. Estavam lá deputados do governo e da Oposição.

Considerando as denúncias que temos formulado não só ao Ministério Público, como também através desta tribuna e da mídia falada, escrita e televisada, a Oposição marcou mais uma vez sua posição de fiscalização. E assim faremos essa visita, Sr^a Maria Del Carmem, ao Estádio de Pituaçu.

É importante destacar que tomamos conhecimento de que até a imprensa esportiva da Bahia não está podendo visitar esse estádio, mas a Bancada da Oposição, mais uma vez mostrando o seu compromisso com a Bahia, de forma ética e coerente estará lá na próxima quinta-feira, às 15h. E já convidamos todos os parlamentares do governo e da Oposição para ouvirmos as explicações que a Exm^a Sr^a ex-Deputada Maria Del Carmem dará a respeito da gravidade das denúncias de corrupção na execução dessa reforma do Estádio Roberto Santos, mais conhecido como Estádio de Pituaçu.

Estaremos também visitando na próxima semana a orla de Salvador. Queremos mostrar que este governo não está boicotando o prefeito desta cidade, mas o povo de Salvador... aquela obra da orla continua parada.

Então, eu queria dizer que hoje foi mais um dia vitorioso para esta Casa, como Parlamento, pois pudemos mostrar para a Bahia que aquele projeto de Pituaçu é mais uma propaganda enganosa deste governo, que trata o povo da Bahia... Como disse o prefeito João Henrique, é um governo lerdo, que não opera, e que, até o momento, só

aplicou 26,6% do seu Orçamento.

O que ficou provado hoje, Srs. Policiais Civis que nos honram com suas presenças, é que o Estado da Bahia tem em caixa R\$ 2 bilhões e 26 milhões. Então, este governo não tem problema de caixa, mas, sim, de incompetência gerencial para administrar o Orçamento do Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- O deputado Heraldo Rocha fez um pronunciamento, mais uma vez, sobre a execução orçamentária. É preciso deixar bem claro para as pessoas que nos estão assistindo a realidade dos fatos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, gostaria de que V.Ex^a registrasse sua presença para poder exercer o seu direito de se pronunciar.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Já registrei a minha presença.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas, infelizmente, não ficou registrado.

Agradeço-lhe.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Volto a abordar a questão da execução orçamentária porque, volta e meia, a Oposição vem aqui e coloca dados que não são corretos.

Temos aqui dados sobre o 2º ano dos governos Jaques Wagner e Paulo Souto.

Vejamos:

Orçamento: Paulo Souto, até agosto de 2004, R\$ 14,161 bilhões; Jaques Wagner até agosto de 2008, R\$ 20,559 bilhões.

Receitas Correntes Realizadas: Paulo Souto, R\$ 64,53%; Jaques Wagner, 65,35%.

Despesas Correntes Liquidadas: Paulo Souto, 57,67%; Jaques Wagner, 61,20%.

Despesas por Função: Segurança Pública - Paulo Souto, 53,80%; Jaques Wagner, 58,32%. Saúde - Paulo Souto, 58,41%; Jaques Wagner, 59,04%. Educação - Paulo Souto, 50,08%; Jaques Wagner, 58,65%. Habitação - Paulo Souto, 21,83%; Jaques Wagner, 41,11%. Gestão Ambiental - Paulo Souto, 24,81%; Jaques Wagner 37,03%. E assim por diante.

Ou seja, no geral, o governo Jaques Wagner executou muito mais do que o governo Paulo Souto. Sem falar que o Orçamento é maior, um Orçamento de R\$ 20 bilhões em 2008, enquanto que o do governo Paulo Souto foi de 14 bilhões. Portanto do ponto de vista proporcional, como em valores absolutos, o governo Jaques Wagner executou muito mais. Sendo assim, o discurso da Oposição se constitui num discurso totalmente vazio que não corresponde à realidade.

Sr. Presidente, gostaria de falar sobre um programa importante lançado, hoje pela manhã, pelo governador Jaques Wagner e diversos secretários - entre os quais o secretário do Trabalho Nilton Vasconcelos - na Escola Parque, que é o Programa Trilha. É um programa importantíssimo, cujo objetivo é inserir os jovens,

principalmente os que estão em situação de risco, no mercado de trabalho. O programa pretende atender 71.400 jovens em 100 municípios baianos, fazendo com que esses jovens sejam qualificados, preparados e inseridos no mercado de trabalho formal, ou seja, emprego decente. Esse é o desafio.

Desta forma este Programa Trilha tem como objetivo reduzir o desemprego no nosso estado, na Região Metropolitana de Salvador, para que possamos ter uma situação mais confortável para toda população. É importante ressaltar que esses jovens devem pertencer a famílias cadastradas no programa Bolsa Família. Por que isso?

Para que essas pessoas se libertem da necessidade emergencial, a necessidade de sobreviver, e receber auxílio do estado. É importante que essas pessoas adquiram a sua própria liberdade.

O Bolsa Família é uma medida emergencial, mas no sentido de melhorar as condições de vida da população. Mas o desafio é fazer com que as pessoas não precisem do Bolsa Família, tenham seus empregos, tenham a sua dignidade e tenham a sua cidadania. Portanto, o programa é importante para a inserção da juventude no mercado de trabalho.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de 5 minutos em permuta com o deputado Yulo Oiticica.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, senhores presentes, boa tarde.

Hoje foi um dia importante para a Casa, pois o secretário da Fazenda nos trouxe os números do 2º quadrimestre. Isso, com certeza faz com que tenhamos a cada dia mais segurança de que o secretário Carlos Martins faz um ótimo trabalho à frente da pasta. Ele trouxe, acima de tudo, a segurança do que queremos com relação ao Estado. E diante dessa crise internacional ouvimos do secretário toda firmeza de que tem plano “a”, plano “b”, mas que tem plena condição de enfrentar os tormentos de uma crise internacional no momento em que vivemos.

Antes de entrar no tema, quero dizer aos companheiros presentes nas galerias que existem dois problemas: um é com relação à convocação dos que já fizeram curso. Darei uma boa notícia, de que já existe, desde a semana passada, uma decisão mais firme com relação a essa questão da nomeação.

Há pouco, recebi o secretário Manoel Vítório - ele inclusive não sabia que os senhores estavam aqui - e declarou que posso passar essa questão à frente, que as dificuldades são eminentemente técnicas e que não há por parte do governo nenhum interesse em ficar protelando, e ainda este ano vamos ver essa situação resolvida. Aliás, até entendo, fui advogado de alguns de vocês e um dos que mais trabalhou para encontrar saída jurídica que chegasse a essa definição, que esse concurso de 1997, há dez anos na prateleira, pudesse ser retomado e essas convocações refeitas. E aqueles que já fizeram o curso podem ter certeza de que estaremos logo resolvendo essa convocação.

Com relação ao pessoal que não fez a Acadepol, infelizmente o que há é uma desestruturação encontrada dentro do âmbito da Secretaria de Segurança Pública, e o próprio secretário já nos colocou que não há interesse também de não fazer a convocação e o curso. Muito pelo contrário, já estamos elaborando duas coisas importantes da Polícia Civil que irão tratar definitivamente das questões dos profissionais, e a outra situação é de novo concurso público o ano que vem, para ampliarmos o quadro, sabemos que isto é necessário.

Entretanto, queria colocar, com tranquilidade, que temos tencionado, dentro de um diálogo propício ao governo, de que essa situação tenha logo uma resolução, mas sabendo também que há situações encontradas dentro do governo de total desestruturação do processo de formação que nos dá essa dificuldade, e nós temos de enfrentá-la para resolvê-la.

Então, queria colocar tanto para aqueles que fizeram o curso, já tecnicamente encaminhado o propósito de convocação, como para os que não fizeram e que, infelizmente, em função desse processo de encontrar uma secretaria totalmente desestruturada, nós estamos encaminhando não só para que esses façam o curso, mas para que também tenhamos no próximo ano um novo concurso público e valorização dessa categoria. Estamos aguardando a Lei Orgânica para os próximos dias. O deputado Yulo, que faz parte da Comissão de Segurança Pública, já participou de debates sobre o assunto, e aqui na semana passada tivemos outros questionamentos por parte das categorias, com relação às necessidades de que esse projeto seja remetido para a Casa, e tenho assim a expectativa de que este ano possamos tratar desses dois temas.

No mais, dizer que hoje vivemos um dia importante: mais uma vez um secretário de Estado vem a esta Casa sem limitar temas, e outra: ouvindo diretamente de auditores, de agentes de tributos as demandas relacionadas a um assunto que vai cooptar nesta Casa nos próximos dias, relativo às questões de carreira dos agentes de tributos que neste momento querem igualar os seus direitos a 26 estados que já adotam o fortalecimento necessário às categorias.

Era isso o que eu tinha a dizer e, mais uma vez, comemorar a atuação desse governo quanto ao estado de direito que está sendo preservado, com o estado democrático ampliado. Houve nesta Casa mais um momento de importante debate com o secretário, evento que acabou agora às 14h45min, com todos podendo participar e com o secretário respondendo a todas as demandas oriundas da sua área não só com relação ao segundo quadrimestre dos fundos fiscais, mostrando o quanto este governo quer o diálogo, o debate e avançar diante das situações democráticas que vão fortalecendo o nosso Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar. V.Ex^a terá 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem, 7 homicídios na Região Metropolitana de Salvador, desses sete, infelizmente, duas

crianças, enquanto isso há doze meses cidadãos aprovados em concurso público não são convocados pela Acadepol, para o devido curso de formação. Lógico que esses problemas com os futuros policiais civis não foram criados agora, vem de 1997 e 1998.

Mas deputado Yulo Oiticica, infelizmente não posso utilizar a desculpa de que isso era um problema que vinha do governo anterior para 22 meses de governo, 440 agentes e escrivães não terem sido convocados e não terem tido o curso de formação devido na Acadepol.

Srs. Concursados, passamos aqui o mesmo problema com os concursados da Polícia Militar. Nessa história de falarem que em breve serão chamados, como o secretário acabou de dizer, se os policiais militares não tivessem se organizado nem estivessem nesta Casa diariamente pressionando os deputados, o problema não seria resolvido, não haveria solução para ele. Pelo contrário! Pelo contrário! Quando o ilustre deputado Capitão Tadeu numa reunião da Comissão de Segurança disse que se eles continuassem aqui pressionando, teriam a má vontade do governo, desmobilizaram-se durante uma semana. E no que já tinham adiantado houve um sério retrocesso. Então não posso admitir, nesta situação de insegurança em que o Estado da Bahia está, mais precisamente a Região Metropolitana de Salvador, que passados 22 meses de governo não tenham sido nomeados nem tenham feito o curso de formação os 400 agentes e escrivães.

Inclusive há na Assembléia faixas cobrando ao governador a nomeação, que é um compromisso do governo. Estamos aqui porque sabemos que para combater a violência não é o único instrumento, mas um dos principais, a existência de uma Polícia Civil com o efetivo em número condizente com as condições do Estado, ou seja, é fundamental a presença de policiais, sejam civis ou militares. Enfrentamos esta situação hoje entregues à vontade de Deus, ao deus-dará, porque não temos policiais em número suficiente para combatê-la.

O governador anunciou esta semana, e alguns jornalistas querem associar isso a eleição... Mas é um problema tão grave o da segurança na Bahia que acho que chega até a irresponsabilidade querer associar essa convocação de um concurso para mais 3 mil e 200 policiais militares à questão eleitoral. Não importa que o segundo turno de Salvador se dê no domingo. São necessárias providências urgentes para que se aumente o efetivo das Polícias Militar e Civil, inclusive nomeando quem já foi aprovado no concurso.

Essa história de herança maldita não cabe mais, passados 22 meses de governo. Sabemos, e o secretário da Fazenda disse hoje, que dinheiro tem - e muito. Muito dinheiro em caixa. E também que há necessidade, que há espaço físico. Então fica aqui a pergunta, governador: por que não tomar as providências necessárias para que esses 400 agentes e escrivães sejam imediatamente nomeados?

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado Yulo Oiticica pelo tempo de até 5 minutos. Com prorrogação, se V.Ex^a quiser.

O Sr. YULO OITICICA:- Sr. Presidente, V.Ex^a é bem-humorado e generoso. Quero agradecer a sua generosidade e dizer aos agentes e escrivães que estão aqui não só da minha solidariedade, mas igualmente de todo o nosso empenho - da Bancada do PT, dos militantes dos direitos humanos -, porque sei que tenho na polícia o primeiro parceiro na luta pelo combate à violência e à violação dos direitos humanos. Se há excesso uma ou outra vez de alguns policiais, não tenho nenhuma dúvida de que é a minoria absoluta, porque a maioria preza exatamente o respeito à lei, portanto também à garantia dos direitos humanos. E não poderia ser diferente. Então são nossos parceiros.

É verdade que não tem sido fácil governar este Estado. O governador Jaques Wagner tem feito isso com um empenho extraordinário, sobretudo em relação ao pagamento das dívidas sociais. O lamentável é que formandos lá de 1979, 2000 ainda briguem por um direito, porque não estão aqui pedindo nada. Foram concursados, aprovados, portanto é um direito deles.

Nesta semana estive na PLB visitando um dos corpos do presídio que foi completamente desabitado, o Corpo 4, porque estava comprometido estruturalmente. Lá conversei com os agentes do presídio. Eles me disseram que, há mais de 10 anos, não se faz concurso para admitir pessoas para essa profissão, não tão diferente da dos policiais. É uma atividade extremamente estressante essa de agente de presídio. Não tem nenhum tipo de formação nem acompanhamento psicológico e com assistentes social ou coisa parecida. Não é preciso só a garantia do emprego, um bom salário, mas também um acompanhamento sistemático, porque viver no meio da rua, no enfrentamento direto com a delinquência, com a bandidagem, só o policial pode verdadeiramente testemunhar a dificuldade que é.

E neste momento o governador Jaques Wagner faz adentrar com celeridade mais três mil e quinhentos homens na Polícia Militar. O maior problema é este: falta de policiais. É preciso, portanto, de mais policiais civis e militares. Há um grande déficit não só na estrutura, no salário, no acompanhamento sistemático, deputado Bacelar. V. Ex^a que é estudioso acompanha também essa questão grave da segurança pública, que é um problema de todos, sem dúvida alguma tem que ser enfrentada por nós com responsabilidade e com a intensidade que fazemos na Comissão de Direitos Humanos e nas outras comissões que debatem este assunto dia-a-dia.

Hoje, junto com o governador Wagner tivemos a oportunidade de assinar o Pacto pela Juventude. Sabemos o quanto a juventude tem sido vítima fácil do crime organizado, do narcotráfico que tem potencializado a sua ação cada vez mais. Temos a questão do *crack*, que é uma droga feita com a pasta da cocaína, de fácil acesso, barata, vicia rápido e mata muito mais rápido ainda a nossa juventude. E foi aprovada hoje, essa é uma das nossas lutas. Tenho certeza de que V. Ex^a pactua conosco não só o Pacto pela Juventude, mas também o decreto que cria o Conselho Estadual de Política Pública para a Juventude.

A juventude é uma fase da vida de todos nós cuja marca é a intensidade. A participação da juventude é muito intensa na sociedade neste momento, é o vigor juvenil. É lamentável quando vemos tantos jovens assassinados pelos grupos de

extermínio, participando ativamente do crime organizando, ou, infelizmente, entrando para a história como esse garoto de 22 anos que matou uma adolescente de 15 numa atitude irracional, impensada, louca completamente. Ele não só prejudicou a vida dele, também ceifou a vida de uma garota de 15 anos que começava a viver.

A juventude precisa, sim, de oportunidade, e ela se dá através da formação profissional, de uma educação mais qualificada, da verdadeiramente condição real do jovem para disputar o mercado de trabalho. A partir dessa tão importante oportunidade o jovem se preparando para ser um bom homem, uma boa mulher, um bom cidadão quando chegar à idade adulta.

Quero reafirmar, Sr. Presidente, diante do que foi dito pelo secretário Carlos Martins, que o problema não é político, não é de falta de vontade do governador, mas um problema técnico. E quero dizer-lhes que, assim que chegar à Assembléia Legislativa a necessidade de uma mudança legal, nós iremos aprovar com toda a celeridade que tem que ser.

E quero dizer-lhes mais que, como deputado e Vice-Líder do governo, a mobilização social é fundamental. Já dizia, quando não era governo, que nem um governo democrático, popular subtrai a importância do povo organizado. O conselho da juventude que foi aprovado tem 30 membros, 10 deles são do governo e 20 da sociedade civil.

Portanto a participação de vocês como mecanismo de pressão é fundamental, é legítima, é democrática e ajuda, sem dúvida alguma, a dar celeridade aos passos de quem governa, independente do governante de plantão. Fortalecer a democracia participativa é, sem dúvida alguma, fazer com que a nossa democracia representativa faça jus ao nosso papel, deputados e deputadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Como não há mais deputados inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. (Pausa)

Não há orador no Grande Expediente, que seria do PMDB, vamos passar para o Horário das Representações Partidárias.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o representante PMN para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou o representante do PTN para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o representante do PSB para falar ou indicar o orador pelo

tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder do Bloco Parlamentar PR/PRTB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos. (Pausa) Não há representante no momento.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou do Bloco parlamentar PSDB/PTdoB/PSL/PTB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder do Bloco Parlamentar PP/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Inicialmente, gostaria de saudar os concursados que se encontram nas Galerias Paulo Jackson, nessa luta constante, cotidiana, reivindicando a nomeação e a imediata resolução desse grave problema que se arrasta, como a própria faixa ali retrata: “O Estado não resolve a situação desde 1997.” O concurso foi realizado e não foi concluído quando deveria, imediatamente, no mesmo ano de 1997 ou de 1998. O governador Jaques Wagner vem fazendo esforço para a resolução desse problema, no sentido de que esse concurso seja concluído e que as pessoas não sejam prejudicadas, para que os concursados não sejam prejudicados. É um problema que não é de fácil resolução; se assim fosse, tudo já estaria resolvido. O esforço que o governo vem fazendo é no sentido de resolver esse problema. Então, é justa a presença aqui de todos vocês. Sejam bem-vindos a esta Casa Legislativa, porque o nosso Estado está precisando de mais policiais, de reforçar a segurança pública, e essa é uma das metas do governo do nosso Estado. Portanto, sejam bem-vindos.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de falar um pouco sobre a greve dos bancários, aqui no Estado da Bahia, há 22 dias de paralisações e mobilizações. Nacionalmente, é o décimo-quinto dia de greve, e até o momento não se chegou a um denominador comum, não se chegou a um acordo para por fim a esse impasse que tem, de certa forma, repercutido na sociedade. A greve dos bancários é mais que justa, e a responsabilidade por esse movimento é exclusivamente dos bancos que se negam a atender as reivindicações mínimas dos trabalhadores.

Portanto, a greve se arrasta há 22 dias e conta com a participação de milhares

de bancários em todo o País. Mais de 5 mil agências estão paralisadas no Brasil. No Estado da Bahia são 138. Nos bancos públicos onde a adesão é muito forte estão paralisados: o Banco do Brasil, Caixa Econômica e Banco do Nordeste. Nos bancos privados a adesão é menor. É um movimento que esperamos que termine o mais rápido possível. Evidentemente, que para terminar o movimento grevista é preciso que haja uma proposta que atenda às mínimas reivindicações dos bancários.

Hoje, a partir das 18h, nova assembleia será realizada aqui em Salvador, e no Brasil inteiro, para analisar a proposta da Fenaban. Espero que, nessa assembleia, tenhamos um desfecho favorável no sentido do retorno às atividades da categoria para atender a clientela.

Eu fiz um Projeto de Lei aqui na Assembleia Legislativa, apresentei, está tramitando, no sentido de que nenhum cliente seja prejudicado em função da greve dos bancários. Segundo nosso projeto, durante o período em que os bancários estivessem em greve, nenhum cliente poderia ser prejudicado. Essa também é uma reivindicação dos bancários, do comando nacional deles, no sentido de que após a suspensão da greve, os bancos atendam sem cobrar juros, multas e sem que haja outras consequências negativas para seus clientes.

Os bancos continuam sendo o segmento mais beneficiado da sociedade, infelizmente, acumulando bilhões de reais. Para se ter uma idéia, só com a cobrança das tarifas, os bancos já pagam toda a folha de pessoal e ainda sobra dinheiro. Tarifas abusivas!. Todos os serviços são cobrados dos clientes, a exemplo de serviços na internet e das operações realizadas no auto-atendimento. São cobranças abusivas, injustas, e na greve dos bancários, no movimento deles nós sempre fizemos questão de reivindicar a melhoria no atendimento.

Na nossa pauta de reivindicações sempre constam duas questões: a melhoria do atendimento bancário e as reivindicações específicas da categoria. Nós estamos reivindicando 13% de reajuste e o piso do DIEESE, que é de R\$ 2.070,00, suficiente para que uma família com dois filhos, tenha direito à saúde, educação, moradia, lazer, seus direitos mínimos assegurados e que sobreviva com dignidade. Isso é um direito constitucional de todo trabalhador brasileiro e uma bandeira histórica dos trabalhadores.

Nós sabemos que o salário mínimo teve um reajuste razoável, mas o ideal é que o salário mínimo seja o defendido pelo DIEESE.

Nós temos que chegar a esse patamar! Nós temos que continuar lutando para que todos possam ganhar bem, para reduzir as desigualdades sociais. O desafio que nós estamos enfrentando hoje, evidentemente, é o de inserir os trabalhadores no mercado de trabalho, reduzindo, portanto, o desemprego. O governo Lula tem feito esse esforço, tanto que já foram gerados 7 milhões de novos empregos, e até o final do governo, provavelmente serão gerados cerca de 2 milhões, cumprindo, portanto, com a meta estabelecida pelo presidente Lula.

Mas, além da geração de emprego, é preciso melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores, e uma das reivindicações históricas dos trabalhadores é exatamente o salário mínimo calculado pelo DIEESE. Uma outra reivindicação histórica dos

trabalhadores é o trabalho decente, o trabalho com carteira assinada; o trabalhador precisa trabalhar, mas precisa de um trabalho digno, precisa ter os seus direitos básicos assegurados.

Portanto, essas são as reivindicações básicas dos trabalhadores, e os bancários incorporam essas reivindicações na sua campanha salarial, reivindicando o salário mínimo do DIEESE, que é de R\$2.070,00.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o Líder da Minoria ou do Democratas, para falar ou indicar orador pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, falará o deputado Fernando Torres por 5 minutos e eu falarei pelo tempo restante.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado Fernando Torres, grande representante de Feira de Santana, da Região Metropolitana de Salvador e toda a Bahia.

O Sr. FERNANDO TORRES:- Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado todos os membros da Mesa, todos os deputados presentes.

Hoje eu vejo poucos deputados aqui na Casa, devido à reunião da Comissão, muitos deputados que não faltam à sessão e hoje estão ausentes.

Quero falar sobre a greve dos bancos, V.Ex^a deputado Álvaro Gomes, que é o verdadeiro representante dos bancários aqui na Casa, que muito honra esta Casa tê-lo aqui como parlamentar, acho que está na hora de encerrar essa greve, porque a população não agüenta mais os bancos fechados. A cidade está próxima a parar.

Em Feira de Santana, deputado João Carlos Bacelar, está difícil a convivência entre comércio, bancos e população. Acho que os banqueiros devem ceder a algumas reivindicações dos bancários e encerrar essa greve, porque o comércio já não agüenta mais, prejudica toda a população.

Realmente, a classe dos bancários é uma classe importante, e mostrou isso agora, na greve, que se fechar mesmo, 100%, - porque não está 100%, está 90% - se fechar 100%, pára a cidade, pára o país, pára o estado. Realmente, tem que ter um consenso e ambas as partes cederem. Os banqueiros ganhando bilhões, não querem ceder nada e a Justiça deve interceder sobre isso aí e fazer com que a greve acabe, e acabe da melhor forma possível para os bancários.

Hoje, estive na Comissão de Finanças o Secretário Carlos Martins, e eu fiz uma pergunta a ele, deputado João Carlos Bacelar, sobre o Faz-Cultura. Antigamente, no governo anterior, todos os empresários poderiam patrocinar o Faz-Cultura e hoje só os grandes empresários, porque os pequenos empresários, que pagam seus impostos já recolhidos na fonte, não podem mais patrocinar o Faz-Cultura, deputado Roberto Carlos, que preside, neste momento, esta Casa.

Acho isso um absurdo. O governo que se diz republicando e democrático, a resposta do secretário a minha pergunta, o porquê do governo acabar com o patrocínio dos pequenos e médios empresários dessa forma. Diz que é porque estava

havendo algumas falcatruas. Se há falcatruas, que proíba quem faz as falcatruas, e não proibir todas as empresas que pagam na fonte seus impostos patrocinem o FazCultura e o FazAtleta.

Já era difícil arrumar um patrocinador com essas empresas patrocinando. Agora, ficou impossível. O governo vai indicar 15 milhões por ano para o FazCultura e o FazAtleta, e não vai haver patrocinador, porque a maioria das empresas que paga seus impostos na fonte não vai poder patrocinar. Isso é um absurdo.

A resposta do secretário, que eu respeito muito, é um secretário competente, um secretário que aumentou a arrecadação do governo do Estado, mas a resposta é que estava havendo falcatruas de algumas empresas. Por isso proibiu aquele patrocínio do FazCultura. Quer dizer, se estava havendo falcatruas, que se proibisse, que se prendesse, que se fizesse uma fiscalização em cima daquele que faz o errado, não no geral, em todas as empresas honestas, sérias, que gostariam de patrocinar o FazCultura e hoje não podem.

Isso, realmente, é um absurdo. Nisso, o governo pecou, e pecou feio. Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo excedido.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, independentemente do resultado de uma eleição, um candidato, uma facção ou um partido político podem sair maiores ou menores do que entraram na eleição. E o PT corre o sério risco de, neste segundo turno em Salvador, independentemente do resultado, sair menor do que entrou.

O jornalista Jânio Lopo, no seu *site*, hoje, diz o seguinte: *PT usa máquina estadual para tentar eleger Pinheiro.*

O Partido dos Trabalhadores está usando o Poder Executivo estadual para tentar eleger o candidato Walter Pinheiro. Segundo informações que chegaram a este site, os secretários estaduais ligados ao PT estão distribuindo material de campanha de Pinheiro - panfletos e adesivos com a estrela do PT - dentro das repartições públicas. O material de campanha chega aos dirigentes dos órgãos estaduais com a ordem de entregá-lo para os servidores que podem repassar o material adiante”.

É uma denúncia grave, deputado Yulo Oiticica, a transformação de órgãos estaduais em comitês eleitorais. Sei que essa medida não conta com o apoio do deputado Walter Pinheiro, que sempre foi um defensor de que se utilize a máquina pública dentro das regras republicanas.

Mas o que está ocorrendo em Salvador é, realmente, de chamar a atenção, é de nos deixar preocupados. Como o PT, que assumiu o governo do Estado com o discurso de que iria mudar as práticas, de que iria mudar a cultura política, reproduz ações do mais atrasado coronelismo político. Temos tido denúncias a toda hora de que vereadores eleitos em Salvador e candidatos que ficaram em posições

privilegiadas, nas primeiras suplências, estão sendo chamados à Secretaria de Governo para conversas que passam muito longe da dita ética republicana.

Quero chamar a atenção aqui... Lógico, estamos disputando um segundo turno, que vai ter implicações estaduais e mesmo nacionais, mas não é por isso que se vai utilizar o jogo do tudo ou nada. Não é por isso que se devem utilizar práticas que há muito estão extirpadas até dos chamados grotões da política brasileira.

Infelizmente, o segundo turno em Salvador tem sido de um baixo nível deprimente, onde se têm deixado de discutir as grandes questões políticas do Estado para fazer ataques de parte a parte, e com essa denúncia hoje do jornalista Jânio Lopo, da transformação de órgãos estaduais, de órgãos cuja manutenção, despesa e pagamento de suas atividades são financiadas pelo dinheiro do contribuinte, para serem utilizados pelo PT como instrumento de pressão para apoio ao candidato Walter Pinheiro.

Temos aí o exemplo de São Paulo, onde essa guerra do tudo ou nada acabou prejudicando cada vez mais a candidatura de Dona Marta Suplicy à prefeitura do município de São Paulo. Espero que na Bahia, deputado Roberto Carlos, ainda haja tempo para que a direção do PT repense e deixe de utilizar o aparato estatal para apoio a uma candidatura.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre Líder da Maioria e Líder do governo, ou Líder do PT, para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Yulo Oiticica.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre deputado Yulo Oiticica pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. YULO OITICICA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, o governo Jaques Wagner dá mais uma demonstração, não só de inversão de prioridade, mas de eficiência no gasto público, superando, inclusive, o governo passado, tendo em vista que, em segurança pública, até agosto de 2004, o governo Paulo Souto tinha gasto 53,80%. O nosso governo, o governo Jaques Wagner, 58,22%. Na saúde, não foi diferente: 58,41% contra 59,04%. E na educação, que é uma das prioridades deste governo, que herdou, alguns não chamam isso de herança maldita, na verdade, não sei como chamar, deputado Paulo Rangel... Um Estado que tem o maior número de analfabetos em números absolutos, que é o 14º dos 27 estados com o Distrito Federal em políticas públicas de juventude e que tem ignorado verdadeiramente a possibilidade de ter tantas universidades públicas, como é o caso das universidades federais, e antes do presidente Lula, só tínhamos uma...

A Universidade do Estado da Bahia perde o esforço de quem dirige, é uma das maiores, uma das mais distribuídas, uma das que mais têm *campi* entre as universidades estaduais, mas a falta de orçamento e o crescimento desordenado sempre foram a marca da nossa Universidade do Estado. Portanto, na educação, o

governo passado gastou 50,08%; e o governo Jaques Wagner sai de 50% para 58,65%.

Portanto, há eficiência no gasto. Não só isso, Sr. Presidente. A relação do governador Jaques Wagner com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem verdadeiramente possibilitado a agilidade nas políticas públicas do Estado da Bahia na perspectiva do pagamento dessa grande dívida social. É o caso do programa destinado à juventude de que o deputado Álvaro Gomes aqui falava, chamado Trilha, no qual, só no primeiro momento, serão colocados 90 milhões. É um programa de formação e qualificação profissional que pega exatamente aquele jovem com pouca escolaridade e que teve pouco acesso à formação profissional, à educação formal, aquele jovem das comunidades rurais, com mais dificuldade ainda de acesso a essas oportunidades. Portanto, essa relação do governo do Estado com o governo federal tem possibilitado não só a garantia do direito a uma política pública, mas também a verdadeira aceleração desse processo.

Esteve presente hoje pela manhã na Escola Parque – estabelecimento de ensino idealizado pelo grande e saudoso educador Anísio Teixeira – o secretário nacional de Políticas Públicas de Juventude, Humberto Cury, que elogiou o governador Jaques Wagner exatamente por ter sido uma das grandes referências na transformação de políticas de governo em políticas de Estado, como é o caso dessa importante política de juventude, entre tantas outras.

Sr. Presidente, pela primeira vez um governo da Bahia – na perspectiva de efetivar políticas de Estado – tem pensado a segurança pública de forma planejada, buscando enfrentar essa questão tão grave da insegurança. O Subúrbio Ferroviário será o próximo espaço da cidade a receber o Ronda nos Bairros, que é exatamente o policiamento ostensivo com a articulação das Polícias Militar e Civil e da sociedade organizada.

Isso tem possibilitado à Secretaria da Segurança Pública ter acesso à informação não de uma forma que force a comunidade a cumprir um papel de polícia – não é o caso –, mas criando uma nova cultura, uma relação de confiança do cidadão com o agente da Segurança Pública, com o policial. E assim é gerada não apenas uma relação de intimidade, mas de cumplicidade na construção da cultura de paz, na investigação, na punição, na ação ostensiva e preventiva da Segurança Pública.

Sabemos que, infelizmente, temos a cultura da violência. E disso redundo o crescimento da intolerância no trânsito e nas relações de um modo geral. É preciso que cada um assuma a sua responsabilidade na garantia da cultura da paz, que cada um tenha uma participação direta não só na sua família, na sua casa, mas no seu bairro, na sua cidade, para que essa nova forma de pensar o Estado da Bahia seja multiplicada pelos gestores municipais e pela sociedade organizada. E assim possamos pensar verdadeiramente, Sr. Presidente, essas políticas nessa relação de parceria e cumplicidade.

Esta Casa receberá, em breve, o que já foi efetivado pelo governador após a realização de 21 Conferências Territoriais com toda a juventude baiana. Essa divisão geográfica do Estado foi a forma assumida pelo governador Jaques Wagner. Vale

lembrar que pensar a Bahia através desses territórios de identidade teve origem num estudo produzido por alguém que muito conhecia a Bahia, um baiano que se tornou um geógrafo conhecido no mundo inteiro, o saudoso Milton Santos. Ele pensou verdadeiramente o Estado considerando a sua identidade regional, territorial, as culturas, os costumes, a formação de cada povo a partir de sua origem, as contribuições de outros povos – inclusive de outros países –, o que deu origem a muitos distritos baianos.

Enfim, um Estado dividido em 417 municípios precisa ser pensado também na sua dimensão cultural.

O deputado Paulo Câmera, que é um parlamentar que conhece profundamente a Bahia, foi até uma espécie de responsável oficial pelas relatorias de Orçamentos que passaram por esta Casa, sempre fez uma discussão muito profunda não só quanto as nossas reivindicações, das nossas emendas – que na maioria das vezes não eram atendidas –, mas buscando uma discussão oportuna na perspectiva de conhecer o Estado, suas realidades, mazelas e, conseqüentemente, a partir do Orçamento do Estado, tentar construir uma Bahia melhor para todos nós.

Coube esse desafio, essa grande missão ao governador Jaques Wagner que assume a Bahia no desejo de construir uma terra para todos nós, uma Bahia de todos. Precisamos, verdadeiramente, convocar a todos, Sr. Presidente, para que possamos conhecer e discutir.

O Sr. Paulo Câmera:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

Concluo, Sr. Presidente, o meu pronunciamento, para que V.Ex^a possa ceder a questão de ordem ao deputado Paulo Câmera.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Questão de ordem, deputado Paulo Câmera.

O Sr. Paulo Câmera:- Sr. Presidente, eu comentava aqui com o deputado Paulo Rangel sobre a necessidade premente de normatizarmos o funcionamento das audiências públicas nesta Casa.

Gostaria de lembrar a V.Ex^a que a comissão, qualquer que seja, quando faz uma audiência pública, começa esse procedimento como comissão ordinária. Em seguida, o presidente da comissão a transforma em audiência pública. O que aconteceu hoje na Comissão de Orçamento e Finanças abre um precedente perigoso, porque no momento em que esse funcionamento é transformado em audiência pública, não pode mais ser votada nenhuma temática. E hoje, naquela comissão, houve votação de um assunto pertinente à visita ao estádio de Pituaçu, que não é esse o problema, o governo não se nega a receber. O que estou discutindo é o cerne da questão, é a própria legalidade da comissão em sair de uma sessão ordinária, transformá-la em audiência pública e, em tese, voltar a fazer votação.

Então, quero registrar esse fato e dizer a V.Ex^a que é importante que enquanto presidente desta Casa nesse momento V.Ex^a registre esse acontecimento, para que

possamos discuti-lo oportunamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- A questão de ordem de V.Ex^a foi registrada, e a Mesa Diretora tomará as medidas cabíveis.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, antes de elaborar aqui o meu raciocínio em relação à questão de ordem propriamente dita, quero dizer que também concordo com o posicionamento do deputado Paulo Câmara.

Quero dizer que o nosso governo democrático e republicano que tem hoje como principal figura pública e política o governador Jaques Wagner, não teme a visita de deputados desta Casa em qualquer área, para fiscalização de qualquer obra que esteja sendo executada sob a responsabilidade também do nosso governo, até porque esse é um governo que zela pela transparência, haja vista a entrega das senhas aos Srs. Deputados, o Portal da Transparência e tantas ações que têm demonstrado isso na prática. Seria muito ruim se os deputados fossem a Pituaçu jogar futebol, até porque acho que o nível de preparo físico não permitiria isso.

Concluindo a minha questão de ordem, Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a encaminhasse nesse momento uma verificação de *quórum* para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Questão de ordem, deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, solicito ao nobre deputado Paulo Rangel para que retire esta questão de ordem, porque existe um requerimento, um ofício para ser votado.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- O deputado paulo Rangel retira a questão de ordem.

Há sobre a mesa um ofício solicitando a prorrogação a partir do seu vencimento e funcionamento da subcomissão de saneamento básico até a instalação da Comissão de Saúde e Saneamento da sessão legislativa de 2007. Cordialmente, deputado Ronaldo Carletto.

Está assinado por diversos deputados desta Assembléia.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Pela ordem o deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa presente, aproveito esta questão de ordem, já que os tempos já foram utilizados nesta tarde, para dar conhecimento à Casa de que hoje pela manhã, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, tivemos aqui a avaliação do

segundo quadrimestre do orçamento 2008, com a presença do secretário Carlos Martins no âmbito da Comissão de Finanças e Orçamento e Controle.

Mais uma vez ficou demonstrada nas suas explicações quase que uma repetição, deputado João Carlos Bacelar, daquilo que o governo vem fazendo comumente neste Poder. Ficou demonstrado, de forma muito clara, que dinheiro não é problema para o governo. É importante para os que aqui estão apelando para o governador, já por algum tempo, a questão da nomeação e a convocação desses homens e mulheres.

O governo Jaques Wagner fecha, deputado Roberto Carlos, esse segundo quadrimestre, é importante que os Srs. Deputados tenham a atenção e o cuidado devidos para terem noção de quanto dinheiro há em caixa. São cerca de 2 bilhões de reais, deputada Ângela Souza, que ficaram demonstrados hoje, deputado Tadeu. Portanto, dinheiro não é problema para este governo.

O que está faltando é vontade política para honrar os compromissos assumidos com a sociedade baiana em diversos segmentos, a exemplo da questão da segurança pública, que se mantém com o nível extremamente baixo da execução de investimentos, não chegando a 20% do que foi previsto. Portanto, dinheiro há, recursos existem.

Também aproveitamos a oportunidade, deputado João Carlos, para tornar pública uma decisão do Tribunal de Contas do Estado, que será algo de uma apreciação mais aprimorada por esta Casa. É importante que a Bahia já comece a ter noção do que é o relatório do TCE em relação às contas do governo. Recordo-me muito bem, e não há muito tempo, deputado João Carlos Bacelar, V.Ex^a talvez não tenha tido o dissabor de presenciar a discrepância de posicionamento político que vivemos num passado tão próximo e atualmente. Recordamos aqui de discursos extremamente fortes, deputada Marizete, em relação à contratação através de REDA.

O governo Jaques Wagner fez disso uma das bandeiras de campanha. O relatório do TCE aponta que no ano de 2006 o Estado tinha cerca de 26 mil contratações realizadas através desse Regime Especial de Direito Administrativo, REDA. Vinte e seis mil. O governo Jaques Wagner, deputado João Carlos Bacelar, que tanto criticou o REDA, e lembro-me dos discursos efusivos, calorosos, eloqüentes do deputado Waldenor, esse mesmo governo “republicano”, segundo o relatório do TCE em 2007, sabe quanto tem em contratos REDA, deputado João Carlos Bacelar? Trinta e três mil e quinhentos contratos de REDA. Deputado Paulo Câmara, não adianta V.Ex^a mudar a fisionomia, porque é a realidade. É o governo do engodo. É mais uma máscara que se desfaz.

Tudo o que se criticava no passado. Deputada Marizete, V.Ex^a é uma felizarda, está imune a essas contradições, mas o mesmo governo que criticou o REDA fez em 2007 mais de 33 mil contratos. É por isso que não sobra dinheiro nesse governo para fazer as contratações dos policiais, deputado Fernando Torres. É por isso que não há dinheiro para se realizarem concursos públicos, porque tudo o que fora criticado no passado é feito despudoradamente, na maior força, deputada Marizete. Não é o deputado Gildásio Penedo quem fala neste momento, é o relatório do Tribunal de

Contas do Estado fazendo avaliação das contas de 2007, deputado Fernando Torres.

É um a vergonha vermos e presenciarmos a mudança do discurso do passado e a prática desse governo. É mais uma máscara que se desfaz do governo Jaques Wagner...

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- O REDA tão contestado, tão duramente combatido no passado, no governo Wagner... Deputado Álvaro, quero ouvi-lo. Concluirei dizendo: qual é a justificativa?

Portanto, quero fazer esse posicionamento também saudando a *Tribuna da Bahia*, que hoje completa 39 anos de existência, um jornal importante, de seriedade, que tem feito uma cobertura ímpar nos trabalhos legislativos. Quero solicitar uma verificação de continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Bira Coroa:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Questão de ordem do deputado Bira Coroa.

O Sr. Bira Coroa:- Obrigado, Sr. Presidente. Até compreendo essa preocupação e intranquilidade expressada pela Oposição, expressada pelo seu Líder, o deputado Gildásio, depois da ducha de água fria que tomou com a exposição do secretário, hoje pela manhã. Sem dúvida alguma levamos quase quatro horas de debate, e a Oposição desvirtuou a pauta central de discutir a aplicação dos recursos na execução orçamentária, porque a exposição feita pelo governo, através do secretário, contemplou, e aí incomoda, sim, quando o governo afirma que em menos de dois anos aumentou a arrecadação. Isso é capacidade, é mostrar competência, e sem dúvida alguma isso está incomodando. Aí, eles querem discutir a questão dos REDAs. Vamos discutir, só que é este governo, o governo Wagner, que está reestruturando e assumindo os concursos públicos passados, que eles realizaram, utilizaram as taxas cobradas para a inscrição e não regularizaram os concursos, como exemplificam os companheiros da Polícia Civil que aqui estão. Faz 11 anos, nobre presidente, que esses profissionais estão sendo explorados. Agora, o governo Wagner deu um encaminhamento para regulamentar o edital de 11 anos atrás.

Em igual situação, há menos tempo, sem dúvida, estão os policiais militares e outras categorias do Estado. Isso obrigou o governo atual a ter que utilizar contratos emergenciais para suprir temporariamente a carência desses profissionais, porque o governo passado não teve competência, compromisso e responsabilidade para mantê-los nos quadros laborais.

Também é bom dizer, Sr. Presidente, que fico satisfeito em participar de 4 horas de debate, proporcionalmente, e ver a Oposição não apresentar sequer questionamentos pautados para contradizer a aplicação dos recursos pelo governo do Estado. Por isso, quero parabenizar o secretário Carlos Martins e o governo Wagner.

Quero aproveitar também, Sr. Presidente, para chamar a atenção para o fato de que uma outra audiência pública foi realizada hoje, pela manhã, pela Comissão de Educação Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviços Públicos desta Casa sobre

Políticas de Ciência e Tecnologia, com o lema: “Conquistas, desafios e perspectivas”. Nela, o secretário Ildes Ferreira expôs, em nome do governo do Estado, o que já foi feito pela secretaria, quais são os projetos em cursos e os futuros. Assim, mais uma vez, mostrou que o governo Wagner sai na frente, recuperando o atraso de quase 16 anos na Ciência e Tecnologia deixado pelo governo passado.

A exemplo do Cefet, do qual o governo Wagner recupera 4 escolas para garantir a formação de nossa juventude, para que as próximas gerações não passem pelo que passa a juventude atual, fruto de 11 anos de abandono do ensino técnico neste Estado.

E o Parque Tecnológico, a maior conquista deste Estado, vai levar a Bahia ao cenário nacional como um destaque na produção de Ciência e Tecnologia em nosso País. Conseqüentemente, essas ações estão incomodando e vão incomodar muito à Oposição.

Por isso, Sr. Presidente, agradeço muito pelo tempo e o espaço que me foram concedidos para fazer essa questão de ordem.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Concedo uma questão de ordem ao deputado Waldenor Pereira; em seguida, o deputado João Carlos Bacelar, e acabam as questões de ordem.

Já concedi duas para um lado e duas para o outro.

O Sr. Waldenor Pereira:- Serei breve.

Queria, mais uma vez, ponderar e solicitar ao deputado Gildásio Penedo, grande deputado, Líder da Minoria, que tenha cuidado na apresentação dos dados para não parecer - não estou afirmando que é - manipulação de informações. A informação que V.Ex^a prestou há pouco sobre 33 mil contratos REDA diz respeito ao total existente no Estado da Bahia.

V.Ex^a informou, vou pedir as notas taquigráficas, que o governo Jaques Wagner contratou, em 2007, 33 mil pelo REDA. Isso não é verdade. Permita-me discordar de V.Ex^a. Já existiam no governo anterior, como é do conhecimento de V.Ex^a, 26 mil contratos REDA. O governo Jaques Wagner, através de seleção pública, e V.Ex^a tem conhecimento disso, contratou quase 4 mil professores e quase 5 mil profissionais na área de saúde, entre médicos e auxiliares de saúde. A somatória do que existia mais o que foi contratado pelo governo Jaques Wagner...

Ainda que V.Ex^a tenha razão e legitimidade na crítica a respeito do famigerado REDA, do qual também sou crítico contumaz, e sou sincero nessa afirmação, não se pode afirmar que o governo Jaques Wagner contratou 33 mil pelo REDA. A informação de V.Ex^a não procede. O que V.Ex^a informa, que é resultado de um relatório do Tribunal de Contas, é que existem no Estado da Bahia, no governo estadual, 33 mil contratos REDA num total geral, somando o que já existia mais o que o nosso governo contratou.

Portanto, Sr. Presidente, quero fazer essa reparação para a recuperação da verdade, para que de repente não saia na imprensa - ainda mais oriunda de um deputado como V.Ex^a - essa informação de que o nosso governo contratou 33 mil

peessoas, o que não é verdade.

Assim, faço esta retificação corrigindo as informações que foram prestadas e solicito uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Deputado Waldenor, antes da verificação de quórum daremos uma questão de ordem ao deputado João Carlos Bacelar para fazer justiça às duas bancadas: a oposicionista e a governista.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Inicialmente quero discordar do nobre deputado Bira Coroa quando diz que a Oposição está insatisfeita pelo aumento da receita do Estado. De maneira alguma, deputado. Estamos parabenizando o governo estadual porque fazemos uma oposição diferente da que o PT fazia e, infelizmente, continua fazendo.

O PT atrasou a obra do metrô de Salvador para que o prefeito Antônio Imbassahy não terminasse o primeiro trecho. Atrasou inclusive colocando dificuldades no Banco do Brasil para que o banco japonês pudesse repassar aquele recurso que a Bancada petista foi contra aqui na Assembléia Legislativa. Agora novamente a presidente da Conder, através de diversos ofícios, atrasa a vinda dos trens para que novamente o metrô desta capital tenha mais um atraso nas suas obras. Nós não temos feito aquele tipo de oposição, pois colaboramos com o governo ao exercemos o papel de fiscalizadores.

Além disso, quero - sem entrar no mérito regimental, até porque não sou especialista - parabenizar a Comissão de Orçamento por ter aprovado uma visita dela à obra do Estádio de Pituaçu. Precisamos desvendar os mistérios que acompanham hoje aquele estádio. Primeiro, o grande prejuízo que o Esporte Clube Bahia teve, pois ele deveria ser entregue em junho, mas depois passou para julho, agosto, setembro, outubro. E o governador, chefe dum governo que, segundo o prefeito João Henrique, é lerdo e incompetente - de acordo com o atual prefeito da cidade, repito -, acabou proibindo a presidente da Conder de anunciar nova data para a conclusão das obras.

Iremos lá, deputada, na quinta-feira verificar o que está ocorrendo. A obra triplicou de preço. Está cheia de aditivos, cheia de irregularidades e não se consegue concluí-la. Para rivalizar com Pituaçu somente o calçadão da orla, pois há 22 meses um pequeno passeio entre Amaralina e o Jardim dos Namorados mostra que a incompetência da Conder não consegue terminá-lo, deputado Gildásio Penedo.

Imaginem! Se não conseguem terminar o calçadão da orla, cerca de 2 ou 3 quilômetros de calçamento, que dirá as grandes obras, como é o caso do Hospital do Subúrbio, que o secretário Jorge Solla sabia que se tratava de área de proteção ambiental. E o bate-cabeça que ocorre atualmente na administração estadual, deputado Paulo Azi?! Não sabia que a Sucab tem a competência necessária para tirar todo esse licenciamento ambiental para a obra.

Também pergunto: se o Hospital do Subúrbio só ficará pronto daqui há dois anos, o que o governo do PT pensa para a saúde da população do subúrbio ferroviário de Salvador? Porque o suburbano não vai poder ficar esperando 2 anos para que tenha uma intervenção na sua saúde.

Então, tudo isso são contradições do Partido dos Trabalhadores agravadas

agora com a denúncia do jornalista Jânio Lopo, que as repartições públicas estaduais transformaram-se em comitê eleitoral do candidato Walter Pinheiro.

Por isso, Sr. Presidente, peço a V.Ex^a que mande cronometrar os 15 minutos para restabelecimento do quórum da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- V.Ex^a será atendido.

Há 2 solicitações que foram feitas pelos deputados João Carlos Bacelar e Waldenor Pereira.

Há no Plenário...

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, mande zerar o cronômetro e conte o tempo de 15 minutos para fazer a verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- V.Ex^{as} tiveram aqui todo o tempo do mundo. Os horários do Pequeno, do Grande Expediente, das Representações Partidárias... Não tem sentido encerrarmos a sessão e falar mais 15 minutos, sabendo que ela não terá continuidade. Peço ao nobre Líder da Minoria e ao Líder da Maioria que concordem em encerrar a sessão, porque não há número suficiente para a continuidade...

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- V.Ex^a é vidente?

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Não sou vidente, deputado, mas sei que os deputados não virão ao Plenário. A experiência política me faz afirmar isso. Peço a V.Ex^a que retire a sua solicitação bem como o deputado Waldenor. Retiram?

(Os Srs. Deputados Waldenor Pereira e Gildásio Penedo Filho respondem afirmativamente.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Agradecendo a Deus, encerro a presente sessão.

Muito obrigado.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*